



câmbios
currency exchange

albufeira algarve

— since 1995 —

RELATÓRIO E CONTAS 2019

RELATÓRIO E CONTAS

2019

INDICE

- RELATÓRIO DE GESTÃO
- ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS
- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- MAPA DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS
- DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

**V. I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS
LDA**

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

ANO 2019

1 - Introdução

A V.I. – AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA, com sede social em PRAÇA MIGUEL BOMBARDA, Nº 17, com um capital social de 150.000,00 €, tem como actividade principal o exercício de todas as actividades e operações legalmente autorizadas às agências de câmbios e designadamente a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e de cheques de viagem. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da actividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2019. O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da V.I.-AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua actividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Ao longo de 2019, os governos depararam-se com novos desafios, com o crescimento da insatisfação social em alguns países, levando a várias manifestações e protestos, assim como vários desastres naturais, como os incêndios na Austrália, cheias na África Oriental e seca extrema na África do Sul. O aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, não só a China, mas também entre a União Europeia, denegriu o sentimento dos consumidores, tendo gerado também várias desacelerações cíclicas em diversas economias. Apesar de no final do ano terem surgido notícias positivas em torno destas negociações, não foram suficientes para mitigar este sentimento, que poderá repercutir-se também no sector produtivo e tecnológico.

Contudo, ninguém esperava que 2020 fosse assombrado pela pandemia do vírus COVID-19. A actual crise pandémica mostra que, assim como nas alterações climáticas, existem desafios globais a serem colocados, nomeadamente a forte interdependência nos fluxos de comércio de bens e serviços, capitais e pessoas, reflectidas em grande parte pelo progresso tecnológico, que, não obstante a melhoria significativa do bem-estar em geral, leva a uma rápida propagação destes choques.

Esta situação revela também a necessidade de resolver as falhas dos mercados, nomeadamente a não consideração de todos os custos económicos e sociais envolvidos no processo de produção. É essencial repensar as cadeias de valor globais, com o intuito de reduzir essa dependência, frisando contudo que a opção por políticas de limitação das

relações económicas internacionais não é certamente a solução mais eficiente para mitigar estes desafios.

Na expectativa que os impactos económicos derivados da pandemia tenham reflexo apenas num reduzido espaço temporal, no médio e longo prazo, os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento. Nos próximos anos, os governos deverão focar-se em estratégias que levem a um mundo cada vez mais digital, apostando também em políticas que apoiem as energias renováveis, com vista à diminuição das emissões de CO₂, de forma a mitigar os riscos de estagnação do crescimento no médio e longo prazo.

2.1. A nível Internacional e Europeu

Após um abrandamento significativo da economia nos últimos três trimestres de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para uma estabilização da actividade económica global em 2019. O aumento das tensões comerciais e geopolíticas desencadearam num aumento dos níveis de incerteza, reflectindo-se por sua vez no nível de confiança dos investidores, levando a uma desaceleração do investimento, da produção e do comércio internacional. Assim, o FMI prevê um crescimento global de apenas 2,9% para 2019 – o valor mais baixo registado desde 2008.

Para as economias em desenvolvimento, o FMI prevê um crescimento de 3,7%, reflexo de algumas economias com um maior nível de stress e baixo desempenho económico, como foi o caso da Índia, bem como de um desaceleramento económico na China, que se prevê que se situe nos 6,1% em 2019.

Nas economias avançadas, esta estabilização da actividade económica, em conjunto com as notícias favoráveis sobre os acordos entre os Estados Unidos e a China e a diminuição dos receios de uma má negociação do Brexit, reforçaram o sentimento dos mercados financeiros, já sustentado por cortes nas taxas dos bancos centrais, nomeadamente nos três cortes realizados na segunda metade de 2019 pelo banco central dos Estados Unidos (FED).

O mercado accionista também se mostrou positivo nas economias avançadas durante os últimos meses de 2019, e as obrigações soberanas, após ter-se verificado uma queda em Setembro, começaram a recuperar também nos últimos meses de 2019. Nas economias emergentes, verificou-se também uma melhoria nos mercados de títulos.

Quanto às principais moedas, verificou-se um enfraquecimento de dois pontos percentuais no dólar americano e no yen japonês, enquanto que o renminbi chinês reforçou-se em cerca de 1,5%. Já a libra esterlina foi apreciada em 4 pontos percentuais desde Setembro.

Assim, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD apresentou um perfil descendente ao longo de 2019, situando-se nos 1,1397 no início do ano, tendo apresentado durante o mês de Junho um pico ascendente, chegando aos 1,1394. O valor mais baixo foi registado em finais de Setembro, onde atingiu os 1,0889, fechando o ano nos 1,1234. Quanto à libra esterlina, no início do ano apresentava uma cotação EUR/GBP de 0,90165, tendo-se notado uma trajectória descendente até inícios de Maio, onde chegou aos 0,8547, começando então a notar-se uma inversão, tendo atingido o seu pico máximo em inícios de Agosto, com uma cotação de 0,9282, voltando então a descer, fechando o ano com uma cotação de 0,8508.

Apesar de continuar a verificar-se um aumento na criação de emprego (em alguns casos, num contexto de taxas de desemprego em níveis mínimos), a inflação dos preços do consumidor permaneceu estável nas economias avançadas, tendo-se notado no terceiro trimestre de 2019 uma estabilização no sector produtivo, mas algum enfraquecimento no sector dos serviços.

Quanto ao comércio global, este registou um abrandamento significativo na primeira metade de 2019. Em termos anuais a OCDE estima um desaceleramento, devendo situar-se em 1,0%

o valor mais baixo desde 2009.

Durante os primeiros meses de 2019, o preço do petróleo apresentou uma tendência marcadamente ascendente, tendo subido cerca de 20 dólares por barril entre Janeiro e Maio, situando-se nos 70 dólares por barril, devido às fortes restrições do lado da oferta, nomeadamente pelo aumento das tensões no Médio Oriente. Entre Junho e Novembro registou-se uma trajectória mais moderada, tendo-se registado em meados de Novembro um preço de 63 dólares por barril. Para o conjunto do ano, projecta-se um preço de 64 dólares por barril, uma redução de quase 10% face a 2018.

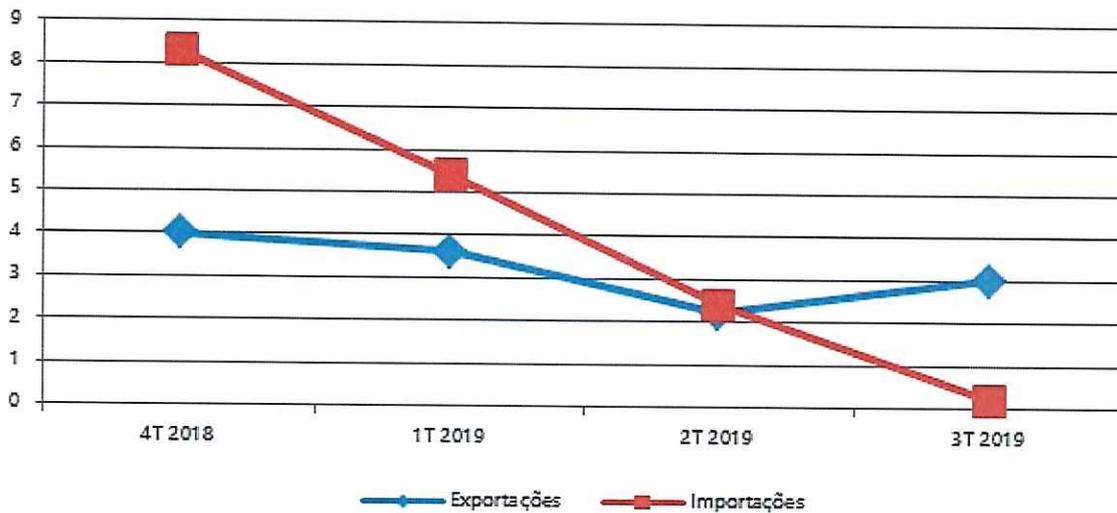
Relativamente aos Estados Unidos, apesar de se ter verificado um crescimento significativo no segundo trimestre de 2019 (2%), a economia americana voltou a estagnar, resultado dos fracos níveis de investimento, bem como do desvanecimento dos efeitos das reformas tributárias feitas em 2018. Para o total do ano, o FMI prevê um crescimento de 2,3%.

Apesar das tensões comerciais com a China terem diminuído, novos riscos apresentam-se, como o anúncio feito pela Boeing sobre a paragem indefinida da produção do seu 737 MAX, aumentando assim o enfraquecimento do sector produtivo. No final do verão, registou-se pela primeira vez desde a última crise financeira uma inversão da yield curve americana. Esta curva é muitas vezes vista como um indicador de recessões económicas.

Quanto ao Reino Unido, durante a primeira metade de 2019 notou-se um abrandamento da actividade económica, num contexto de elevadas incertezas sobre as negociações do Brexit, que se vieram a dissipar ao longo dos últimos meses do ano, especialmente em Dezembro, com o resultado das eleições a tornar-se favorável para uma saída ordeira da União Europeia. Em termos trimestrais, e segundo dados do BCE, nos dois primeiros trimestres de 2019 notou-se uma contracção económica, começando a recuperar a partir do terceiro trimestre, onde se registou um crescimento de 0,3%, reflexo de um aumento das exportações neste período. Ao longo do ano o consumo privado manteve-se sólido, reflectindo um forte crescimento dos salários, tendo também o contributo do consumo público. Por outro lado, o fraco investimento contrabalançou os níveis de crescimento.

Já a economia europeia encontra-se no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, apesar de se notar algum nível de abrandamento, devido sobretudo ao enfraquecimento dos sectores comerciais e de produção, ainda assim mitigado pela melhoria na procura doméstica, nomeadamente no investimento. A Comissão Europeia prevê uma taxa de crescimento para 2019 de 1,1% para a zona euro (EA19) e de 1,4% para o conjunto dos países da União Europeia (EU28). Segundo a mesma, os países que mais contribuíram para este crescimento foram a Polónia (+1,3%), a Hungria (+1,1%) e a Estónia (+1,0%).

Exportações e Importações da EA19
Banco Central Europeu e Eurostat
Valores em Percentagem



Em relação ao deficit soberano, manteve-se relativamente estável ao longo de 2019, permanecendo na EA19 nos 0,7% no segundo e terceiro trimestres e nos 0,9% para a EU28, em ambos os trimestres. A Comissão Europeia aponta também para uma dívida pública agregada da EA19 de 86,4% em 2019 e de 80,6% para a EU28. Contudo, em relação ao deficit agregado para 2019, tanto na EA19 como na EU28, prevê-se um ligeiro aumento de 1 e de 2 pontos percentuais, respectivamente, face aos mínimos históricos registados até 2018.

Durante 2019, o mercado de trabalho manteve-se forte, com o desemprego a situar-se no seu nível mais baixo desde o início do século. A Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego de 7,6% e de 6,3% para a EU28. Para o terceiro trimestre de 2019, o Eurostat indica um crescimento do emprego de 0,9% na EA19 e de 0,8% na EU28 em comparação com o mesmo período de 2018. Ainda assim, verificou-se alguma resiliência na criação de emprego.

2.2 A nível Nacional

Para o conjunto do ano de 2019, o Instituto Nacional de Estatística (INE) aponta para um aumento do PIB em termos nominais de 3,9%, abaixo dos 4,3% verificados em 2018, com a capacidade de financiamento da economia portuguesa a situar-se nos 0,8% do PIB, em comparação com os 1,2% verificados em 2018. Este resultado teve um contributo menos intenso da procura interna - de 2,8% em comparação com os 3,1% verificados em 2018 -, reflectindo o abrandamento do consumo privado, de 2,9% para 2,3%. Quanto à procura externa, em termos líquidos apresentou um contributo de -0,6%, comparando com -0,4% em 2018, tendo-se verificado uma desaceleração das exportações de bens e serviços, de 4,5% em 2018 para 3,7% em 2019, bem como das importações de bens e serviços, de 5,7% para 5,2%. O saldo externo de bens e serviços representou 0,1% do PIB, sendo que em 2018 a

sua representação tinha sido de 0,4%.

Quanto ao investimento, em termos reais verificou-se um aumento de 6,2% em 2018 para 6,5% em 2019, justificada pela aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – de 5,8% para 6,4% - cujo contributo foi maioritariamente dado pela componente da construção, que passou de um crescimento de 4,6% para 9,4%, em alguns casos associada ao investimento público no tocante a projectos de infraestruturas de grande dimensão, mas também associada ao dinamismo da construção residencial.

Em relação ao sector não financeiro, a necessidade de financiamento situou-se nos 3,4% do PIB em 2019, reflexo do aumento de 0,7% do Excedente de Exploração Bruto e de um aumento de 1% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Num inquérito realizado pelo INE, destacou-se o auto financiamento como a principal fonte de financiamento para o investimento das empresas, sendo o crédito bancário a segunda principal fonte de financiamento, em especial para as empresas exportadoras.

Em 2019, registou-se uma taxa de variação média do IHPC de 0,3%, inferior à registada em 2018 (1,2%). A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá diminuir significativamente em 2019, de 1,2% para 0,3%, sobretudo devido à queda dos preços dos bens energéticos, em linha com a redução do preço do petróleo, mas também explicada por quedas significativas nos preços de alguns bens e serviços, como o caso dos transportes públicos, das propinas do ensino superior e dos manuais escolares no ensino secundário.

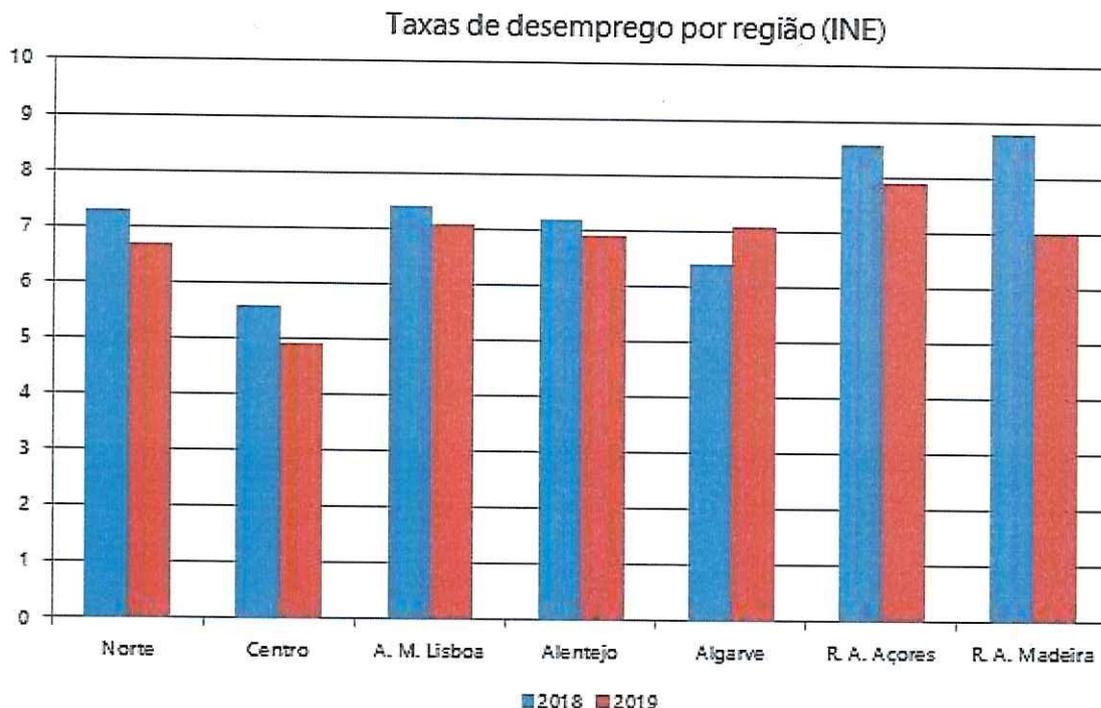
Quanto às famílias, notou-se um crescimento da capacidade de financiamento, situando-se em 1,6% do PIB no quarto trimestre de 2019, reflexo de um aumento da poupança corrente superior ao da FBC. Contudo, regista-se ainda uma elevada taxa de pobreza ou exclusão social, de 21,6%, segundo estimativa do INE.

Ainda sobre as famílias portuguesas, verificou-se também um crescimento de 1,1% das remunerações recebidas, o que se reflectiu no aumento do rendimento disponível para 0,7% que, por sua vez, levou a um crescimento na poupança das mesmas, para 6,7% do rendimento disponível.

Sobre o emprego, o INE avança com uma taxa de desemprego de 6,5%, menos 0,5% face a 2018, tendo-se também registado uma diminuição na taxa de desemprego de jovens (18,3%, menos 2% do que em 2018) e no desemprego de longa duração, com uma proporção de 49,9% - 1,2% inferior a 2018. Em termos regionais, à excepção do centro, todas as regiões do país apresentaram uma taxa de desemprego superior à média nacional, tendo a Região Autónoma dos Açores registado a maior taxa de desemprego, de 7,9%. Em comparação com o ano anterior, apenas o Algarve registou um aumento desta taxa, de 0,7%.

A população desempregada diminuiu 7,2% em relação ao ano passado, enquanto que a população empregada aumentou 1,0%, com uma forte contribuição das mulheres (1,2%), prolongando assim o ciclo de aumentos verificados desde 2014. Para 2019, verificou-se uma taxa de inactividade na ordem dos 40,7%, menos 0,2% do que em 2018, sendo estimada uma população inactiva total de 5.010,8 mil pessoas, menos 0,4% em relação ao ano anterior.

A melhoria da situação no mercado de trabalho implicou um maior dinamismo dos salários, tendo-se registado nos três primeiros trimestres de 2019 um aumento de 2,8% em termos homólogos das remunerações por trabalhador.



O crescimento do consumo fez-se também sentir nas Administrações Públicas (AP) que apresentou um saldo positivo de 0,2% do PIB em 2019, reflexo de um aumento da receita superior ao da despesa, com variações de 0,8% e 0,2%, respectivamente. Do lado da despesa, registou-se uma diminuição da despesa de capital em 3,7% e um aumento da despesa corrente de 0,5%. Já a receita total registou um aumento de 0,8%, derivados do aumento de 0,8% da receita corrente e de 2,3% da receita de capital. Este resultado positivo da receita corrente deveu-se ao aumento dos impostos sobre o rendimento e património (0,4%) e das contribuições sociais (1,7%).

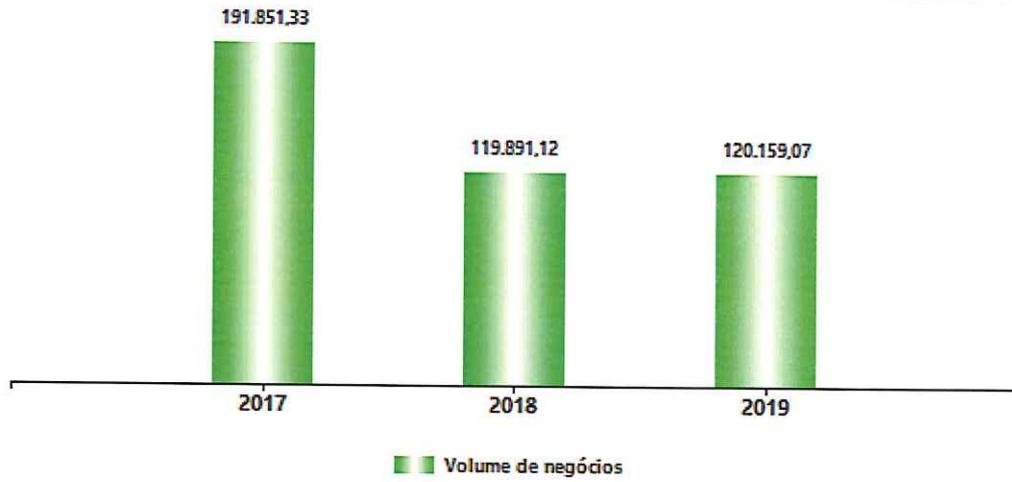
A balança de bens e serviços deverá tornar-se deficitária em 2019, reflectindo a evolução da balança de bens, devido ao forte crescimento real das importações, enquanto se prevê uma ligeira diminuição do excedente da balança de serviços. Para o conjunto do ano, a dívida bruta das AP terá atingido os 117,7% do PIB.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2019 os resultados espelham uma evolução positiva da actividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de € 120.159,07 representando uma variação de 0,22% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respectiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



Estrutura de Rendimentos

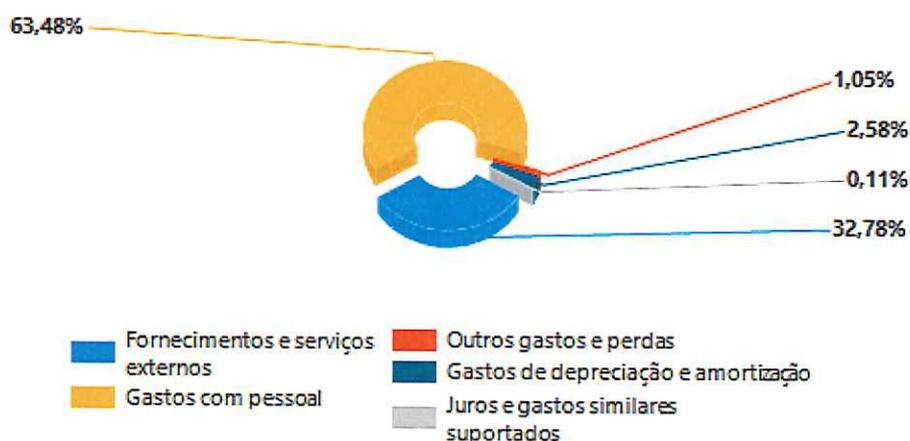


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



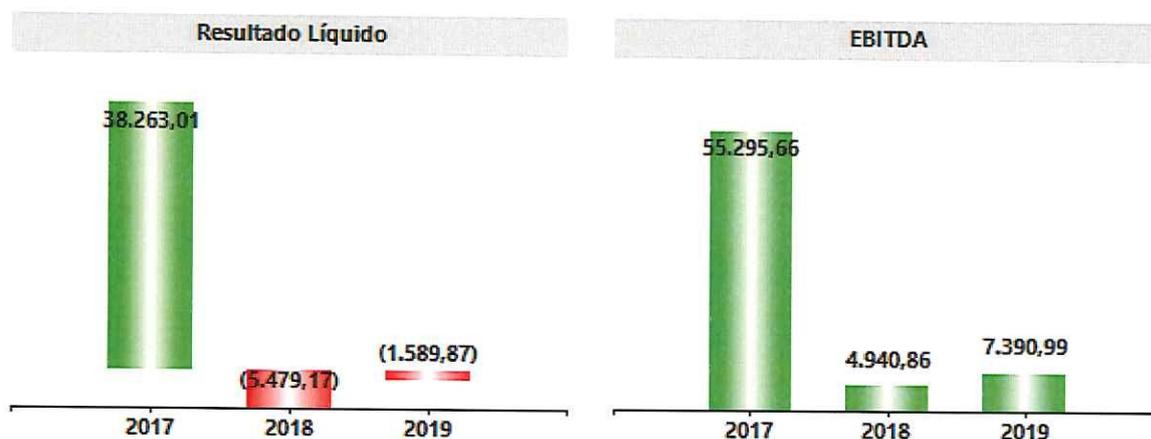
Estrutura de Gastos Percentual



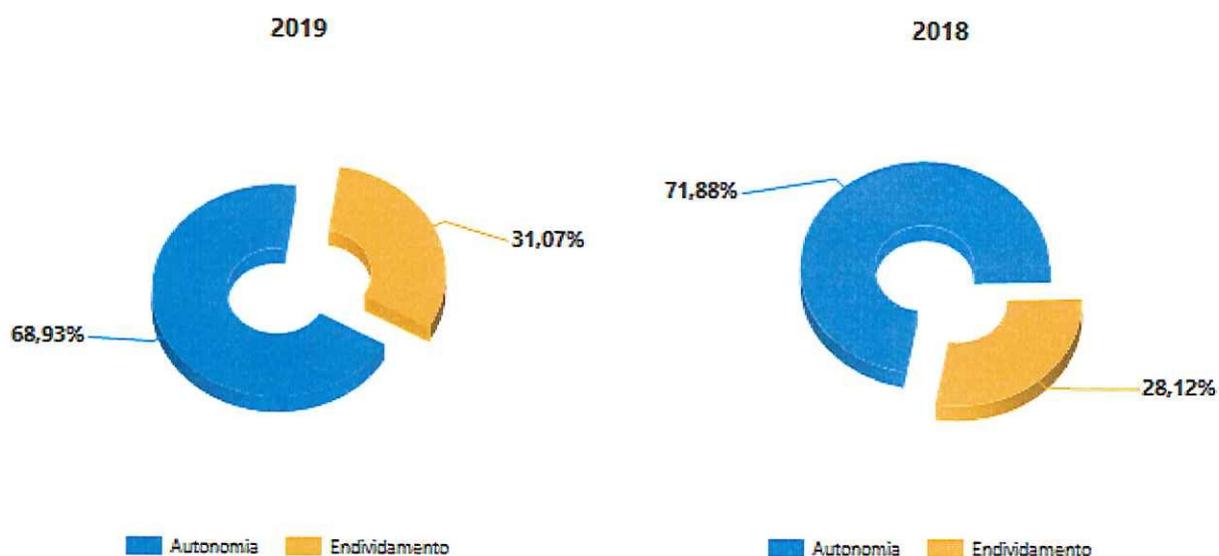
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respectivo nº de efectivos. Durante o exercício de 2019 a entidade manteve o efectivo médio de 7 trabalhadores ao serviço.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2019	2018	2017
Gastos com Pessoal	101.256,32	112.664,38	102.254,64
Nº Médio de Pessoas	7	7	7
Gasto Médio por Pessoa	14.465,19	16.094,91	14.607,81

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua actividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2019		2018	
Ativo não corrente	98.767,01	37 %	100.167,89	39 %
Ativo corrente	165.080,19	63 %	159.745,03	61 %
Total ativo	263.847,20		259.912,92	

RUBRICAS	2019		2018	
Capital Próprio	181.447,83	69 %	183.037,70	70 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	82.399,37	31 %	76.875,25	30 %
Total Capital Próprio e Passivo	263.847,20		259.912,95	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A V. I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA no período económico findo em 31 de Dezembro de 2019 realizou **um resultado líquido negativo de € 1.589,87**, tendo sido deliberado transferir a sua totalidade para Resultados Transitados.

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário Macroeconómico

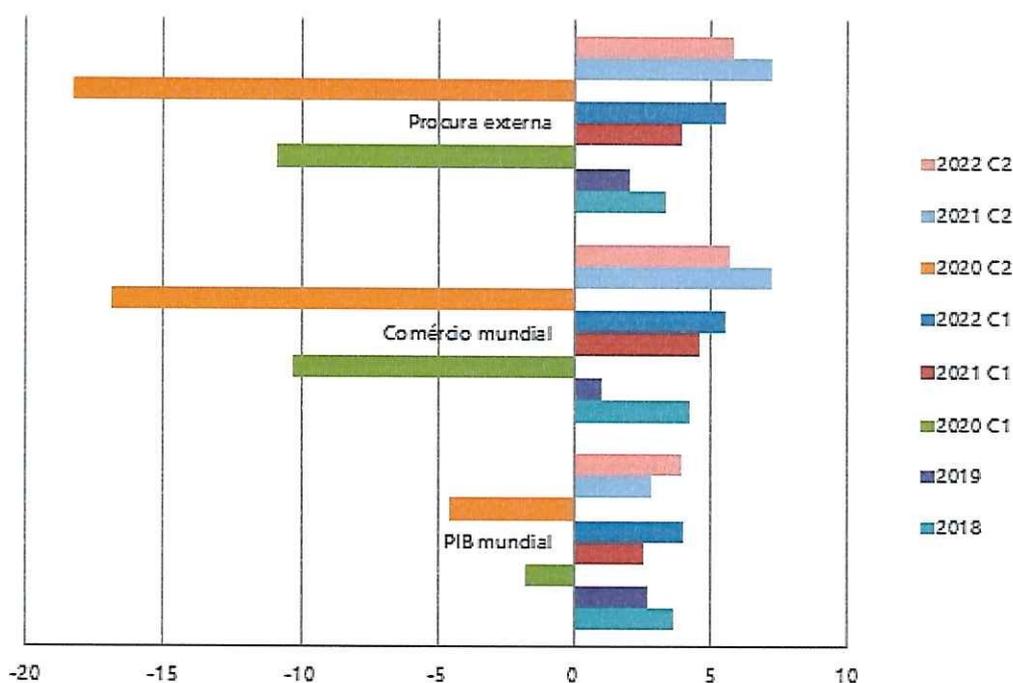
Tendo em consideração o choque económico, financeiro e social gerado pelo COVID-19, várias organizações internacionais, tais como o FMI e a OCDE, já colocaram em baixa as suas projecções macroeconómicas para este ano, receando também um novo ciclo de recessão económica mundial. A propagação deste vírus está a causar disrupções nas cadeias de fornecimento globais, volatilidade nos mercados financeiros, choques no consumo e um impacto negativo em sectores chave como viagens e turismo. Contando com o ataque terrorista do 11 de Setembro e a crise financeira global de 2008, este é já o terceiro grande choque económico do século XXI.

Para este ano, a Fitch avança com um crescimento económico global de 1,3%, em

comparação com os 2,5% que havia comunicado em Dezembro de 2019, indicando um possível declínio total do PIB global caso mais medidas de prevenção tenham de ser implementadas em todas as economias do G7. Já o Banco de Portugal aponta para uma queda do PIB mundial de 1,8%, num cenário em que as medidas adoptadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, esperando um crescimento de 2,5% em 2021 e de 4% em 2022. Num cenário mais adverso, o impacto na economia será muito mais significativo, apontando-se uma recessão económica mundial superior à da grande recessão de 2009, com o PIB mundial a cair 4,6% em 2020. Já no longo prazo, é previsto um crescimento mais tímido, apontado pelo ritmo mais moderado da produção, sobretudo devido ao enfraquecimento da força laboral, por via do envelhecimento da população.

Em 2020 notar-se-á uma forte redução do comércio internacional (10,3% no primeiro cenário e 17% no segundo), reflexo do choque desproporcional dos fluxos internacionais de bens e serviços, principalmente nos sectores do turismo e dos transportes, recuperando nos dois anos seguintes. Contudo, ainda existem riscos de retorno associados que poderão alterar os dados macroeconómicos globais, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão, que poderão comprometer o fornecimento global de petróleo. As expectativas implícitas nos mercados de futuros apontam para novas reduções do preço do petróleo em 2020 e 2021, para -7% e -4%, respectivamente, devendo posteriormente estabilizar em 2022. Efectivamente, este ano já se verificou uma queda do preço do Brent devido ao COVID-19, tendo atingido os 31 dólares por barril em Março, o que corresponde a uma queda de mais de 50% face aos valores observados no final de 2019. Para 2021, a Fitch estima uma média de 48 dólares por barril.

Enquadramento Internacional
Banco de Portugal - Boletim Económico Março 2020
Taxas de variação anual



Para os Estados Unidos, o COVID-19 poderá fazer disparar o desemprego para níveis superiores aos verificados na Grande Depressão, prevendo-se que a taxa de desemprego atinga os 30% no segundo trimestre de 2020, com os primeiros dados a apontar para uma perda entre os 500 mil a 5 milhões de empregos, só em Março, prevendo-se também uma queda de 50% do PIB.

Na China, o choque económico foi bastante severo, prevendo-se uma queda de 5% no primeiro trimestre deste ano e de 3,7% no conjunto do ano, estimando-se uma recuperação económica a partir do segundo trimestre. Ainda assim, este choque trará certamente impactos às restantes economias, particularmente nos restantes países da Ásia e na Europa, derivado das disrupções nas cadeias de fornecimento e da diminuição da demanda chinesa.

Na Europa, e segundo dados da Comissão Europeia, prevê-se que o impacto directo do COVID-19 reduza o crescimento real do PIB da União Europeia em 2,5% para este ano, tendo em conta as projecções de 1,4% que haviam sido feitas antes deste surto. Este impacto substancialmente negativo irá prolongar-se pela primeira metade do ano, podendo estender-se caso as medidas de contenção não surtam o efeito desejado.

Para além disso, as tensões comerciais no sector produtivo e as incertezas geopolíticas estão a ter um impacto negativo no investimento. Uma diminuição na intensidade do comércio, em conjunto com níveis baixos de produtividade, poderá causar um impacto negativo na posição da Europa num mundo que está a definir-se pelas rivalidades entre os Estados Unidos e a China. Neste sentido, alguns analistas temem um período de queda do crescimento, bem como de um aumento da inflação, associado à queda da produção e ao envelhecimento da população – até 2024 estima-se que numa grande parte dos países membros a força de trabalho caia para mais de 3% e que em 2060 essa queda seja de 12% face ao verificado actualmente.

Estes níveis, em combinação com décadas de declínio da produtividade, colocam uma pressão no crescimento potencial da economia europeia. Assim, o seu crescimento irá depender do esforço dos sectores domésticos, que irão ser favorecidos pelo aumento dos salários no mercado de trabalho, assim como pelas melhores condições de financiamento e, em alguns estados membros, de algumas medidas fiscais.

Quanto aos mercados de acções, as repercussões do COVID-19 já se fizeram sentir em todo o mundo. Particularmente na Europa registou-se uma queda de cerca de 30% em comparação com o registado em meados de Fevereiro. Não se tinha verificado uma queda tão abrupta desde o início da crise financeira em 2008. Também as yields em obrigações do tesouro caíram acentuadamente, e nos Estados Membros mais vulneráveis, registou-se um aumento do spread nos títulos do governo.

Tendo em conta as mais recentes medidas do BCE para contrariar os possíveis impactos financeiros desta pandemia, as taxas de juro a curto prazo da EA19 deverão situar-se nos -0,5% entre 2020 e 2022, apresentando um nível historicamente baixo.

No curto prazo, o novo coronavírus irá certamente mitigar as projecções económicas globais para este ano, esperando que o seu impacto não se prolongue para os próximos anos. De forma a impulsionar a confiança e estabilizar a economia global, o FMI aponta três áreas de acção principais: fiscal – com a implementação de estímulos adicionais para evitar danos económicos duradouros -, política monetária – com os bancos centrais das economias avançadas a apoiar a demanda e a aumentar a confiança, facilitando as condições financeiras e a assegurar o fluxo de crédito para a economia real, enquanto que nas economias emergentes terão de lidar com as reversões de fluxo de capital e com os choques das mercadorias. Por fim, é essencial que os supervisores do sistema financeiro mantenham o equilíbrio entre preservar a estabilidade financeira, manter a solidez do sistema bancário e sustentar a actividade económica. De notar que todos estes esforços serão mais eficazes com

a cooperação de todos os países envolvidos, trabalhando em conjunto para mitigar estes impactos.

Para a Europa, a Comissão Europeia já anunciou um programa de resposta a esta pandemia.

Para combater e minimizar o impacto deste vírus na economia europeia, todos os Estados Membros deverão trabalhar em conjunto, implementando medidas que essencialmente apoiem os cidadãos e as empresas, que poderão vir a sofrer de falta de liquidez e possíveis falências. A Comissão Europeia está também ciente que estas medidas não conseguirão proteger a União Europeia dos possíveis efeitos negativos da crise vinda da China.

Para além deste surto, do aumento da incerteza e das tensões comerciais já referidas, existem outros riscos que poderão levar também a uma diminuição do crescimento económico global face ao previsto, tais como as vulnerabilidades financeiras, as pressões deflacionárias nas economias avançadas e riscos geopolíticos, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão. Como referido, um abrandamento da economia chinesa poderá também mitigar o crescimento global.

Para a Europa, o maior risco no curto prazo centra-se nas negociações do Brexit. O aumento das tensões comerciais e da incerteza associada, poderá levar ao enfraquecimento do investimento. Também se denota um risco associado ao enfraquecimento dos sectores comercial e produtivo, que poderá arrastar-se para os restantes sectores mais rápido e com maior impacto do que o previsto, nomeadamente para o sector dos serviços.

Um factor positivo ao crescimento da zona euro seria o investimento em políticas fiscais expansionistas em alguns dos países membros. Considerando um horizonte mais precário, e com um nível de riscos elevado, as políticas fiscais deverão ter um papel mais activo, principalmente nos países onde a actividade enfraqueceu ou poderá desacelerar de forma considerável.

Os países terão de cooperar na resolução dos problemas comerciais e quebrar as barreiras recentemente impostas. Terão também de trabalhar em conjunto no tocante às emissões de gases de estufa e do aumento das temperaturas globais. O aumento dos preços do carbono, associado a esforços complementares para encorajar o fornecimento de energias baixas em carbono, seriam uma boa estratégia, ao mesmo tempo que se fomentaria o desenvolvimento e adoção de tecnologias mais ecológicas. Nos países onde a sustentabilidade da dívida não é um problema, poderão ser adoptadas medidas direccionadas para as alterações climáticas, tais como o investimento em infraestruturas.

No geral, todas as economias deverão priorizar o crescimento económico, melhorar a inclusão e reforçar a resiliência, aplicando políticas estruturais com foco na abertura e flexibilização dos mercados, de forma a melhor ajustarem os choques ao crescimento a médio prazo, mitigando também as discrepâncias entre países e encorajando a convergência entre os mesmos.

5.2 Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, as perspectivas económicas sofreram uma deterioração abrupta em relação às projecções que haviam sido feitas antes dos últimos acontecimentos em volta da pandemia COVID-19, que já se fizeram sentir nas famílias e empresas portuguesas. Assim, dada a extrema complexidade deste exercício de projecção, com os elevados níveis de incerteza e desconhecimento envolvidos, as mesmas poderão não corresponder ao cenário mais provável, ressalva o Banco de Portugal.

Para este ano, é certo que Portugal irá presenciar uma recessão económica. Num cenário em que as medidas adoptadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, o Banco de Portugal prevê uma redução do PIB real de 3,7%, com uma queda acentuada na primeira metade do ano, devendo o seu pico ocorrer durante o segundo trimestre,

começando então a normalizar-se de forma gradual a partir do segundo semestre de 2020, sendo expectável uma trajetória de crescimento nos últimos meses do ano. Para os anos seguintes, espera-se um crescimento económico, apesar de fraco, de 0,7% para 2021 e, com uma ligeira recuperação, de 3,1% em 2022. Num cenário mais adverso, o Banco de Portugal aponta para uma redução do PIB real de 5,7% para este ano, mas com uma recuperação económica mais significativa nos dois anos seguintes, de 1,4% e 3,4%, respectivamente.

Após um aumento de 2,3% do consumo privado em 2019, projecta-se uma queda para os 2,8% este ano no primeiro cenário e de 4,8% no segundo, reflectindo uma ligeira diminuição do rendimento disponível real e um possível aumento da poupança por parte das famílias portuguesas devido à incerteza envolta da pandemia. Segundo dados do INE, o indicador da confiança dos consumidores diminuiu entre Dezembro de 2019 e Março deste ano, em especial neste último que atingiu o valor mínimo verificado em Dezembro de 2016, quebrando assim o perfil ascendente que se vinha a verificar desde Abril de 2019. Para os dois próximos anos, no cenário base espera-se uma aceleração do consumo privado, de 1,4% e 3%, respectivamente, sendo que no caso do cenário mais adverso só no final do horizonte de projecção é que se espera uma recuperação do mesmo.

Esta queda do consumo privado será também resultante da redução do emprego e de um menor crescimento dos salários por trabalhador, uma vez que a contracção económica irá certamente resultar numa destruição de postos de trabalho, sendo expectável uma redução de 3,5% do emprego e de um aumento da taxa de desemprego para os 10,1%, com uma redução muito gradual nos dois anos seguintes. No segundo cenário, este aumento será ainda mais significativo, com uma recuperação mais baixa para 2021 e 2022.

Quanto ao consumo público, estima-se um crescimento de 2,1% para este ano, derivado do expectável aumento das despesas em saúde suportada pelas administrações públicas devido ao surto COVID-19.

Quanto à FBCF, no cenário base deverá cair 10,8% em 2020 e 15% no cenário adverso, reflexo de uma inevitável queda do investimento empresarial e também do investimento residencial, embora com menor impacto. Apesar desta queda abrupta (comparando com o crescimento de 6,4% verificado em 2019) espera-se que a mesma comece a recuperar gradualmente já no final deste ano, devendo situar-se em 2,9% no próximo ano e nos 7,9% em 2022 para o cenário base, devendo notar-se uma recuperação ligeiramente mais forte no segundo cenário.

No primeiro cenário, a procura externa dirigida à economia portuguesa irá sofrer uma redução de 10,9% este ano, com posteriores crescimentos de 3,9% e 5,5% para 2021 e 2022, respectivamente. Como tal, espera-se também uma forte queda das exportações de bens e serviços para 2020 (12,1% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial nos sectores do turismo e transportes, que serão fortemente afectados pelas limitações impostas à movimentação de pessoas. Para os próximos dois anos, espera-se uma recuperação, de 4,2% e 5,5%, respectivamente.

Quanto às importações, em termos reais irão reduzir-se significativamente em 2020 (11,9% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial no tocante aos serviços, reflexo da contracção da procura global, com uma expectável recuperação de cerca de 6% para os dois anos seguintes.

Pela natureza deste choque, existe um elevado nível de incerteza quanto à inflação, prevendo-se que esta taxa permaneça em níveis baixos durante todo o horizonte de projecção. Por um lado, é expectável uma descida nos preços de alguns serviços, em particular ligados ao turismo e actividades recreativas, e por outro um aumento dos preços relativos a bens alimentares e outros produtos essenciais. Assim, no cenário base espera-se que a mesma se situe nos 0,2% em 2020 e num cenário mais adverso esta taxa deverá situar-se mais próxima dos 0%, aumentando ligeiramente nos restantes anos, devendo

permanecer em torno dos 1% para o primeiro cenário e a níveis mais baixos para o segundo.

O saldo da balança corrente e de capital deverá aumentar para 2% do PIB durante este ano, suportado por uma melhoria na balança de bens - beneficiando do ganho de termos de troca proporcionado pela queda do preço do petróleo - e de um aumento das transferências recebidas da UE, relacionado com o término do actual ciclo de programação financeira. Em relação à balança de serviços, o seu excedente deverá reduzir-se, sobretudo devido ao choque sobre os fluxos do turismo. Para os anos seguintes, é expectável que a economia portuguesa mantenha a sua capacidade de financiamento.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa deverá situar-se em 2,6% no horizonte de projecção, num quadro em que se assume que a percepção de risco dos soberanos na área euro não se altera substantivamente.

Assim, como já referido no início deste ponto, o vírus COVID-19 é um factor que irá certamente mitigar a economia portuguesa no curto prazo, existindo ainda outros riscos que poderão alterar estas projecções, sendo eles na sua maioria externos, nomeadamente a possível intensificação das tensões proteccionistas, bem como a transmissão da fraqueza do sector industrial para os restantes sectores de actividade. O crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por estrangulamentos ao crescimento dos factores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demográfica adversa, os elevados níveis de endividamento, os quais limitam o investimento, e os baixos níveis de capital humano.

5.3 Evolução previsível da Sociedade

Perante o cenário macroeconómico e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a empresa não tenha a evolução que seria expectável dado que o vírus Covid-19 condicionou toda a economia, neste contexto, fomos forçados a encerrar a nossa actividade total a partir do dia 16 de Março de 2020 com a declaração do Estado de Emergência; a partir de 1 Abril todos os funcionários entraram em lay off situação que se mantém a data o que teve como consequência uma quebra da nossa receita acima dos 90% durante o 1º semestre de 2020, face ao período homólogo de 2019.

O sócio gerente que ficou fora de qualquer apoio em termos de lay off simplificado reabriu um dos balcões a partir do dia 4 Maio mas tal não teve qualquer impacto na actividade uma vez que os clientes provenientes do Reino Unido não existiam.

- A Covid-19 afectou um conjunto muito alargado de países, tendo infectado milhares e milhares de pessoas em todo o mundo. Os dados conhecidos sugerem que estes números vão continuar a aumentar. Tendo presente o alastrar desta situação em termos mundiais, e em particular em algumas economias da zona Euro tais como Portugal é expectável uma chamada "segunda onda" de infecção o que tornará ainda mais imprevisível a nossa actividade. A empresa considera ainda ser bastante prematuro estimar eventuais impactos. Salienta-se que têm sido emitidas notas por parte de entidades supranacionais e agências de rating no sentido da revisão em baixa das perspectivas de crescimento económico mundial e Europeu em 2020.
- No contexto descrito, a empresa adoptou um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a protecção de pessoas e a continuidade da actividade, incluindo, entre outras, as recomendações das autoridades sanitárias, procurando maximizar a resiliência da organização.
- Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a actividade e rendibilidade da empresa será afectada em maior ou menor grau. Com

base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos activos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à laboração das demonstrações financeiras.

Neste cenário de incerteza, com todas as restrições nacionais e internacionais e a falta do mercado inglês, vital para o nosso negócio, não conseguimos fazer qualquer projecção relacionada com o nosso negócio pelo que aguardamos com expectativa quer os meses restantes de 2020 quer o próximo ano de 2021.

6 - Outras Informações

A entidade V. I. - Agência de Câmbios Lda, não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou acções próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afectem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2019.

Em Janeiro de 2020 a entidade reforçou o seu Capital Social para o montante total de € 200.000,00, sendo o aumento subscrito e realizado por ambos os sócios e na proporção das quotas detidas por casa sócio.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela sua entidade.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja bastante afectada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas actividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da entidade V.I.- Agência de Câmbios.

À Instituição Unicâmbio - Instituição de Pagamento SA, nossa parceira comercial principal, agradecemos toda a colaboração e confiança.

À entidade bancária, Banco BPI SA, que tem assumido connosco o risco do negócio o nosso reconhecimento.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

A Gerência



ATAS

Ata Número Doze – Livro nº2

Aos trinta dias, do mês de Junho, do ano de dois mil e vinte, pelas 10 horas, na sua sede social sita em Praça Miguel Bombarda, número dezassete, na Freguesia e Concelho de Albufeira, reuniu a Assembleia Geral da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada denominada “V.I. – Agência de Câmbios, Lda”, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Albufeira, com o número único de matrícula e de identificação fiscal quinhentos e três, seiscentos e vinte e seis, duzentos e trinta e seis, e com o capital social de Duzentos mil euros, estando presentes todos os sócios, a saber: _____

---- Carlos Augusto Cabrita dos Santos, residente na casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e treze, oitocentos e oitenta e cinco, seiscentos e um, detentor de uma quota no valor nominal de cem mil euros. _____

---- Nélia dos Santos Correia Cabrita dos Santos, residente na casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e vinte cinco, seiscentos e sessenta e seis, cento e dez, detentora de uma quota no valor nominal de cem mil euros. _____

----Decidiram constituir-se em assembleia geral, nos termos do artigo 54º do código das sociedades comerciais para deliberar sobre o seguinte assunto da ordem do dia: _____

----- Ponto único: Apreciação e deliberação sobre o Balanço, Resultados e demais contas relativas ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove.

---- Obtido o voto favorável de todos os sócios assumiu a presidência da mesa da assembleia geral o sócio Carlos Augusto Cabrita dos Santos. _____

----Pelo Presidente da mesa foi referido que não havia sido expedida convocatória desta reunião, mas, face à presença de todos os sócios e à sua vontade já expressa de se constituírem em assembleia geral, não existia impedimento legal ao regular funcionamento da assembleia desde que respeitada a ordem do dia já referida. _____

-----Declarou, então, aberta a sessão, dando início à apreciação do ponto único da ordem do dia: _____

---- Procederam à verificação das contas relativas ao exercício nomeadamente Balanço e Resultados, as quais apresentaram um Resultado Líquido negativo de mil, quinhentos e oitenta e nove euros e oitenta e sete cêntimos. _____

----Após análise e discussão foram as mesmas submetidas a votação, tendo sido deliberada por unanimidade a sua aprovação. _____

----No que concerne à afetação dos resultados do exercício foi deliberado por unanimidade que os mesmos fossem transferidos para Resultados Transitados. _____

----Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão pelas doze horas, dando por concluídos os trabalhos desta Assembleia, de que, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada por todos os presentes. _____

Carlos Santos

Nélias Santos

BALANÇO

V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA Praça Miguel Bombarda, 17 Albufeira NIPC 503626236	Ano - Atividade Global		Ano 2019		Ano anterior	
	Notas	Ativo Bruto	Provisões, Imparidades e amortizações	Ativo Líquido		
Base de reporte: Individual - NIC					Valores em Euros	
	1	2	3=1-2	4		
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	90.004,45		90.004,45	81.942,90	
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	2	6822,23		6.822,23	892,02	
Aplicações em instituições de crédito	3	55.000,00		55.000,00	55.000,00	
Outros Ativos tangíveis	4	213.215,95	114.939,43	98.276,52	99.810,60	
Ativos intangíveis	5	6.007,46	6.007,46	0,00	0,00	
Outros Ativos	6	13.744,00		13.744,00	22.267,43	
Total do Ativo		384.794,09	120.946,89	263.847,20	259.912,95	
Passivo						
Passivo não corrente						
Recursos de outras instituições de crédito	7			0,00	6.082,51	
Passivo corrente					6.082,51	
Recursos de outras instituições de crédito	8			6.007,34	7.817,52	
Outros Passivos	9			76.392,03	62.975,22	
Total do Passivo				82.399,37	76.875,25	
Capital						
Capital	10			150.000,00	150.000,00	
Outras reservas e resultados transitados	11			33.037,70	38.516,87	
Resultado do exercício				-1.589,87	-5.479,17	
Total de Capital				181.447,83	183.037,70	
Total de Passivo e Capital				263.847,20	259.912,95	

Responsável pela Contabilidade

Ana Santos

Ana Santos

CC 87298

O Gerente

Carlos Santos

Carlos Santos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS,LDA
Praça Miguel Bombarda, 17
Albufeira
NIPC 503626236

Ano 2019
Mês Dezembro

Base de reporte: Individual - NIC

	Valores em Euros		
	Notas	Ano	Ano
	Quadros		
	Anexos		Anterior
Juros e encargos similares	12	176,81	312,84
Margem Financeira		-176,81	-312,84
Rendimentos de serviços e comissões	13	120.159,07	119.891,12
Encargos com serviços e comissões	14	309,46	473,02
Outros resultados de exploração	15	41.089,90	48.227,57
Produto bancário		160.762,70	167.332,83
Custos com pessoal	16	101.256,32	112.664,38
Gastos gerais administrativos	17	52.292,20	50.040,43
Amortizações de exercício Provisões líquidas de reposições e anulações	18	4.119,54	4.831,15
Resultados antes de impostos		3.094,64	-203,13
Impostos			
Correntes	19	4684,51	5.276,04
Resultado após impostos	19	-1.589,87	-5.479,17
Resultado líquido do exercício	20	-1.589,87	-5.479,17

Responsável pela Contabilidade


Ana Santos
CC 87298

O Gerente


Carlos Santos

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.2019
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)					
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Trespases									
Despesas de estabelecimento	1.702,46	1.702,46							
Custos plurianuais									
Despesas de investigação e desenvolvimento..									
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4.305,00	4.305,00							
Outras									
Sub Total	6.007,46	6.007,46							
ATIVOS TANGÍVEIS									
Imóveis de serviço próprio	107.773,72	20.207,63				1.616,61			85.949,48
Obras em imóveis arrendados	19.255,23	8.040,81				1.378,96			9.835,46
Outros imóveis									
Equipamento	82.280,54	81.250,45	1.490,76			1.032,74			1.488,11
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas	1.321,00	1.321,00	1.094,70			91,23			1.003,47
Sub Total	210.630,49	110.819,89	2.585,46			4.119,54			98.276,52
ATIVOS EM CURSO									
Imobilizações incorpóreas									
Imóveis									
Equipamento									
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas									
Adiantamentos por conta de imobilizações									
TOTAIS	216.637,95	116.827,35	2.585,46			4.119,54			98.276,52

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	150.000,00	11.118,21		27.398,66				-5.479,17	183.037,70
Alterações do período:									
Total Alterações do período				-5.479,17				-5.479,17	
Resultado líquido do período								-1.589,87	-1.589,87
Operações com detentores de CP:									
Entradas para cobertura de perdas									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	150.000,00	11.118,21		21.919,49				-1.589,87	181.447,83

Responsável pela Contabilidade



Ana Santos

CCNº 87298

Gerente:



Carlos Santos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA

Ano: 2019

Base de Reporte - Individual - NIC

Mês: Dezembro

Atividades Operacionais	Valores em Euros
Recebimentos de comissões	120.159,07
Pagamento de comissões	0,00
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-140.688,55
Resultados de reavaliação cambial	0,00
Caixa gerada pelas operações	-20.529,48
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-4.684,51
Outros recebimentos/pagamentos	41.892,68
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	16.678,69
Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-2.585,46
Ativos Intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
	<u>-2.585,46</u>
Recebimentos provenientes de:	
Ativos fixos tangíveis	
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
Subsídios ao investimento	
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	
	<u>0,00</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos (2)	-2.585,46
Atividades de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuízos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	7.892,69
Juros e gastos similares	486,27
Gratificações de Balanço	
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
	<u>8.378,96</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-8.378,96
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	5.714,27
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	81.942,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	90.004,45
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa	0,00

Responsável pela Contabilidade

Ana Santos

Ana Santos
CC Nº 87298

Gerente

Carlos Santos

Carlos Santos



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2019



31 DE DEZEMBRO DE 2019
V. I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA
PRAÇA MIGUEL BOMBARDA, Nº 17 ALBUFEIRA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A V.I Agência de Câmbios, Lda é uma sociedade por quotas, com sede em Praça Miguel Bombarda, nº 17 em Albufeira constituída em 24 de janeiro de 1996, que tem como atividade principal o exercício de todas as atividades e operações legalmente autorizadas às agências de câmbios e designadamente, a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e de cheques de viagem.

Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda.

I – Comparabilidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com as demonstrações do exercício anterior.

No período de 2019, a Entidade manteve o seu referencial contabilístico aplicável, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

II – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras – Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

A empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos os quais são mantidos de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os Ativos e Passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2019 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídios de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os Impostos diferidos e as Provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

III – Principais políticas contabilísticas

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da V.I. Agência de Câmbios, Lda são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbios prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos e perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidade até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

c) Capital social

As quotas são classificadas na conta de capital.

d) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgados como passivos contingentes.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

f) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

g) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período de contrato de locação.

h) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até á maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

i) Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data do balanço e a soma destes custos com os custos estimados para complementar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

j) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando exista uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

IV – Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, incidente sobre o lucro tributável registado acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação tem por base o plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

V – Número médio de pessoas ao serviço

Durante o ano de 2019, a Empresa teve um efetivo médio anual de 7 trabalhadores ao serviço, mantendo o efetivo do ano anterior.

Contas do Ativo

1. Caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de caixa era de 90.004,45.

Caixa	Ano de 2019	Ano de 2018
Caixa – Moeda Nacional	54.307,50	43.228,76
Caixa – Moeda Estrangeira	35.696,95	38.714,14
Total	90.004,45	81.942,90

2. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de disponibilidades em outras instituições de crédito era de 6.822,23.

Instituições de Crédito	Ano de 2019	Ano de 2018
Depósitos á Ordem	6.822,23	892,02
Total	6.822,23	892,02

3. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de Aplicações em outras instituições de crédito era de 55.000,00.

Aplicações em Inst. de Crédito	Ano de 2019	Ano de 2018
Títulos / Obrigações	55.000,00	55.000,00
Total	55.000,00	55.000,00

4. Ativos Tangíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de Ativos Tangíveis apresentava o seguinte valor:

Ativos Tangíveis	Ano de 2019	Ano de 2018
Valor Bruto	213.215,95	210.630,49
Amortizações Acumuladas	114.939,43	110.819,89
Valor líquido em 31.12.2019	98.276,52	99.810,60

5. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de Ativos Intangíveis apresentava o seguinte valor:

Ativos Intangíveis	Ano de 2019	Ano de 2018
Valor Bruto	6.007,46	6.007,46
Amortizações Acumuladas	6.007,46	6.007,46
Valor líquido em 31.12.2019	0,00	0,00

6. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de Outros Ativos era de 13.744,00

Devedores e O. Aplicações	Ano de 2019	Ano de 2018
<u>Devedores e outras aplicações:</u>		
Devedores Diversos	0,00	0,00
<u>Ativos Financeiros:</u>		
Outros Ativos – Fundo Comp.	490,49	357,29
<u>Proveitos a receber:</u>		
Outros proveitos	2.710,48	3.039,19
<u>Despesas c/ct. Diferido:</u>		
Seguros	193,18	167,74
Rendas	749,85	740,18
Alugueres – Renting	9.000,00	12.000,00
<u>Outras Ctas. Regularização:</u>		
IRC - PC	600,00	5.598,09
IRC – PEC		364,94
IRC – Retenções		
Total Outros Ativos	13.744,00	22.267,43

Contas do Passivo

7. e 8. Recursos para com Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa registava um Empréstimo no montante total de 6.007,34

Recursos Obtidos de OIC	Ano de 2019	Ano de 2018
<u>Passivo não Corrente:</u>		
Empréstimo Santander	0,00	6.082,51
<u>Passivo Corrente:</u>		
Empréstimo Santander	6.007,34	7.817,52
Empréstimo CT-CC		
Total	6.007,34	13.900,03

9. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa registava nos Outros Passivos um montante global de 76.392,03.

Outros Passivos	Ano de 2019	Ano de 2018
<u>Credores Diversos:</u>		
Fornecedores Nac.	2.513,73	2.608,12
Vencimentos a Liquidar	12.759,25	25.281,00
Outros Credores	45.847,23	20.371,12
<u>Outras Exigibilidades:</u>		
Retenção de Impostos	617,43	487,55
Contribuições Seg. Social	3.660,11	2.691,12
<u>Encargos a pagar:</u>		
Subsídios de Ferias e Enc.	6.309,77	6.260,27
<u>Outras Contas</u>		
IRC Imposto Estimado	4.684,51	5.276,04
Total	76.392,03	62.975,22

10. Capital

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social de 150.000,00 encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

Representado por 2 quotas de igual montante no valor de 75.000,00, pertencentes aos sócios:

- Carlos Augusto Cabrita dos Santos e Nélia dos Santos C.C. Santos

11. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e R. T.	Ano de 2019	Ano de 2018
Reserva Legal	11.118,21	11.118,21
Resultados Transitados	21.919,49	27.398,66
Total	33.037,70	38.516,87

Por decisão da Assembleia Geral, realizada a 30 de Junho de 2020, foram aprovadas as contas do exercício findo a 31 de dezembro de 2019, com um resultado líquido negativo de (1.589,87) euros, tendo sido deliberado transferir a sua totalidade para Resultados Transitados.

12. Juros e Encargos Similares

Os Juros e encargos no ano de 2019 foram os seguintes:

Juros e Encargos Similares	Ano de 2019	Ano de 2018
Juros de Empréstimos	176,81	312,84
Total	176,81	312,84

13. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os Rendimentos de Serviços e Comissões no ano de 2019 foram os seguintes:

Rendimentos e Encargos Similares	Ano de 2019	Ano de 2018
Ganhos em Operações Financeiras	115.395,75	115.303,77
Comissões	4.763,32	4.587,35
Total	120.159,07	119.891,12

14. Encargos com serviços e comissões

Os Encargos com Serviços e Comissões no ano de 2019 foram os seguintes:

Encargos e comissões	Ano de 2019	Ano de 2018
De Outros Serviços	309,46	473,02
Total	309,46	473,02

15. Outros Resultados de Exploração

Em 31 de dezembro de 2019 a composição dos Resultados de Exploração era a seguinte:

Resultados de Exploração	Ano de 2019	Ano de 2018
<u>Outros Custos:</u>		
Quotizações	120,00	120,00
Outras Perdas Extraordinárias	602,29	2.444,94
<u>Impostos:</u>		
Imposto Selo	100,42	183,96
IUC	301,94	298,40
Taxas	130,36	552,36
Impostos diretos	110,95	110,95
<u>Outros Rendimentos:</u>		
Aluguer espaço/ATMS	42.389,00	41.870,60
Reembolso despesas	0,76	426,58
Ganhos Extraordinários	66,10	9.641,00
Total	41.089,90	48.227,57

16. Custos com o Pessoal

Em 31 de dezembro de 2019 a composição dos Custos com o Pessoal era a seguinte:

Custos com o Pessoal	Ano de 2019	Ano de 2018
Remuneração O. Sociais	13.214,28	12.014,28
Remunerações Empregados	69.679,57	80.081,89
Encargos Sociais s/Remun.	16.900,11	18.870,67
Seguros Acidentes Trab.	584,58	764,93
Outros Custos	877,78	932,61
Total	101.256,32	112.664,38

17. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de dezembro de 2019 a composição dos Gastos Gerais Administrativos era a seguinte:

Gastos Gerais Administrativos	Ano de 2019	Ano de 2018
Água, Energia e Combustíveis	5.998,78	4.917,24
Material consumo corrente	507,13	1.035,75
Material para assistência rep.	285,25	526,47
Material higiene e limpeza	94,58	88,33
Outros fornecimentos terceiros	931,97	198,33
Rendas e alugueres	31.796,81	28.601,85
Comunicação	2.712,76	2.559,90
Deslocações e estadas	60,57	385,40
Publicidade	392,42	515,42
Conservação e reparação	978,58	1.661,78
Seguros	1.295,14	1.869,84
Contencioso e notariado	25,00	
Serviços especializados	7.213,21	7.860,12
Total	52.292,20	50.040,43

18. Amortizações do Exercício

Durante o exercício de 2019 foram efetuadas as seguintes Amortizações do Ativo Tangível e Intangível:

Amortizações	Ano de 2019	Ano de 2018
Amortizações Ativos Tangíveis	4.119,54	4.831,15
Amortizações Ativo Intangíveis	0,00	0,00
Total	4.119,54	4.831,15

19. Resultados antes de impostos e Impostos correntes

Os resultados antes do apuramento do Imposto Corrente sobre os Lucros (IRC) são de 3.094,64 euros.

Impostos Correntes

O imposto corrente sobre o lucro do exercício de 2019 é de 4.684,51

20. Resultado Líquido do Exercício

Em 31 de dezembro de 2019 a sociedade apresentou um resultado líquido de (1.589,87)

Nos últimos 3 anos a sociedade apresentou os seguintes resultados:

	Ano de 2019	Ano de 2018	Ano de 2017
<u>Resultado Líquido</u>	<u>(1.589,87)</u>	<u>(5.479,17)</u>	<u>38.263,01</u>
<u>RAI</u>	<u>3.094,64</u>	<u>(203,13)</u>	<u>47.959,73</u>
<u>Resultado Fiscal-M.C.</u>	<u>3.696,93</u>	<u>4.406,73</u>	<u>48.291,18</u>
<u>IRC a pagar</u>	<u>4.684,51</u>	<u>5.276,04</u>	<u>9.696,72</u>

21. Eventos Subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Em Janeiro de 2020 os sócios reforçaram o Capital Social da sociedade no montante de 50.000,00, sendo o aumento subscrito e realizado por ambos os sócios e na proporção das suas quotas de 25.000,00 cada sócio.

Na sequência desse aumento o Capital Social da sociedade no exercício de 2020 terá o montante global de 200.000,00, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

A Covid-19 tem vindo a afetar um conjunto muito alargado de países, tendo infetado milhares de pessoas em todo o mundo. Os dados conhecidos sugerem que estes números vão continuar a aumentar. Tendo presente o alastrar desta situação em termos mundiais, e em particular em algumas economias da Zona Euro tais como Portugal. A empresa considera ainda ser prematuro estimar eventuais impactos. Salienta-se que têm sido emitidas notas por parte de entidades supranacionais e agências de rating no sentido da revisão em baixa das perspetivas de crescimento económico mundial e Europeu em 2020.

No contexto descrito, a empresa adotou um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a protecção de pessoas e a continuidade da atividade, incluindo, entre outras, as recomendações das autoridades sanitárias, procurando maximizar a resiliência da organização.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rentabilidade da empresa será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém o princípio da continuidade das operações que estiveram subjacentes à laboração das demonstrações financeiras.

22. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-lei 534/80 de 7 de novembro, a gerência informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91 de 17 de outubro, a gerência informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2019, a entidade não efetuou quaisquer transações com quotas.

Albufeira, 30 de Junho de 2020

Responsável pela Contabilidade:



Ana Santos

CC 87298

Gerência:



Carlos Santos



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 263.847 euros e um total de capital próprio de 181.448 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.590 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

A Empresa evidencia nas suas demonstrações financeiras, uma aplicação em instituições de crédito no montante de 55.000 euros, cuja probabilidade de recuperabilidade e realização é muito reduzida. Desta situação, e considerando que a situação de imparidade identificada já transita de período anterior, resulta que as aplicações em instituições de crédito e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados nesse montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfases

Chamamos a atenção para o divulgado na nota 21 do anexo e no relatório de gestão, relativamente aos impactos económicos e financeiros, não quantificáveis, resultantes da atual situação de pandemia do vírus COVID-19. Embora não seja possível quantificar os efeitos decorrentes da situação de pandemia, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, mantém-se apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode



- envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Faro, 11 de agosto de 2020

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Johnny Viegas Laurencia (ROC n.º 1687)

SRROC inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400

ROC inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161297